

Senadores trabalham no fim de semana para apressar trâmite

Riomar Trindade e Sérgio Prado
de Brasília

O governo selou um acordo para finalizar a aprovação das reformas até o fim do ano. Num fim de semana de inusitadas sessões no Senado, ficou acertado que os estados poderão continuar com a atual política de isenções para atrair investimentos. Este era o principal ponto que travou a tramitação da proposta de reforma tributária no Congresso. E por tabela também emperrou o debate sobre as mudanças na Previdência, que ainda precisam ser apreciadas em segundo turno. De acordo com o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), as votações poderiam encerrar-se antes do Natal.

No que se refere à mudança do aparato tributário, o aval veio do próprio ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho. O fim da guerra fiscal será definido por lei complementar, depois de ser implementado o Fundo de Desenvolvimento Regional para regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Desta forma, volta-se ao texto original acertado no mês de fevereiro entre o presidente Lula e os 27 governadores. O restante do processo de aprovação será fatiado, como havia sido acertado pelas bancadas do Senado no mês passado, a partir de uma sugestão de Tasso Jereissati (PSDB-CE). A previsão é de que as votações ocorram no dia 11 (primeiro turno) e 19 (segundo)

Assim, num primeiro momento serão apreciados pontos de exclusivo interesse do governo federal, como a prorrogação até 2007 da CPMF e da Desvinculação (20%) dos Recursos da União. Os governadores ficam também satisfeitos, pois nesta fase começam a ser implementados os fundos de compensação das exportações (R\$ 8,5 bilhões) e para projetos de desenvolvimento regional (2 bilhões). Nesse campo, entra ainda a divisão de 25% da Cide entre estados e municípios. Pelo lado da iniciativa privada, haverá a constitucionalização das isenções do IPI para bens de capital e o fim da cumulatividade da Cofins. Esta contribuição já é objeto de Medi-

da Provisória, em debate na Câmara.

Em 2005, passaria a valer a unificação do ICMS, que teria apenas cinco alíquotas (a máxima, de 25%). Seria o passo rumo à terceira parte da reforma, com o advento do Imposto de Valor Agregado (IVA), o qual incorporaria impostos e contribuições, em 2007.

A reforma da Previdência tem duas frentes no Senado. Uma é a emenda paralela, com alterações nas regras de transição para as aposentadorias e na taxação dos inativos. Nos dias 14 e 22 passaria pelo plenário do Senado; depois iria para a Câmara, onde poderia ser votada de forma rápida. Entre estas duas datas, a proposta principal seria aprovada e promulgada, pois não houve mudanças no projeto aprovado pelos deputados.



Aloizio Mercadante

Trabalho inédito

Este foi um final de semana atípico na história do Parlamento. Os senadores decidiram realizar sessões sábado e domingo a fim de contar tempo definido pelo regimento para que as propostas de reformas possam ser apreciadas ainda em 2003. Todo este es-

forço marca um ano de desencontros, a começar pelo fato de as duas matérias terem tramitado ao mesmo tempo pela Câmara, esvaziando o Senado. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), chegou a propor que a reforma tributária fosse discutida antes pelo Senado. Não foi ouvido.

Isso desembocou na necessidade de trabalho neste e no próximo fim de semana, com sessões esvaziadas (menos de 30 parlamentares), discursos inócuos e sem brilho. No sábado, a maior parte do tempo foi gasta com críticas ao governo e debates sobre transposição das águas dos rios São Francisco e Tocantins para o semi-árido.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) preferiu desferir da tribuna homenagens pelos 27 anos da morte de seu conterrâneo e ex-presidente João Goulart. "Contra Jango foram levantadas as maiores calúnias. Foi obrigado a renunciar ou permitir uma guerra civil, como já o fizera Getúlio", discursou o parlamentar gaúcho.